

ÍNDICE

ABREVIATURAS	7
NOTA PRÉVIA À TERCEIRA EDIÇÃO	9
NOTA PRÉVIA À SEGUNDA EDIÇÃO	11
NOTA PRÉVIA À PRIMEIRA EDIÇÃO	13
CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DIREITO COMPARADO	17
1. O direito romano	17
2. A formulação de uma teoria geral do instituto	23
3. O eclipse do instituto no direito francês a partir do século XVI	24
4. O Código napoleónico e as legislações posteriores que o tomaram como modelo	26
5. A consagração do instituto no Código Civil alemão (BGB)	31
6. A presença generalizada do instituto nas legislações actuais	34
CAPÍTULO II – CONCEITO	39
SECÇÃO I – Pressupostos	39
7. Existência de um contrato bilateral	39
7.1. O vínculo de interdependência das obrigações sinalagmáticas	39
7.2. A excepção de não cumprimento do contrato como meio de assegurar o respeito pelo princípio do cumprimento simultâneo das obrigações sinalagmáticas	50

8.	Não existência da obrigação de cumprimento prévio por parte do contraente que invoca a excepção	64
8.1.	A excepção não pode, em princípio, ser invocada pelo contraente obrigado a cumprir em primeiro lugar	64
8.2.	A excepção e a perda do benefício do prazo	69
9.	Não cumprimento ou não oferecimento do cumprimento simultâneo da contraprestação	78
9.1.	Não cumprimento	78
9.2.	Não oferecimento do cumprimento simultâneo	83
9.3.	Cumprimento parcial ou defeituoso	84
10.	Não contrariedade à boa fé	106
10.1.	A boa fé como princípio fundamental da relação obrigacional	106
10.2.	Relevância do princípio enquanto limite à actuação do instituto	110
	SECÇÃO II – Efeitos	113
11.	Suspensão da exigibilidade da obrigação	113
11.1.	Ideias gerais	113
11.2.	Não interrupção do prazo de prescrição das obrigações sinalagmáticas	116
12.	Efeitos específicos no caso de a obrigação do excipiente ter por objecto a entrega de coisa determinada	118
	SECÇÃO III – A Excepção de não Cumprimento do Contrato como Excepção Material Dilatória	124
13.	Breve referência ao problema da natureza jurídica do instituto	124
13.1.	Em que consiste e como surgiu o problema	124
13.2.	A concepção do instituto como forma de defesa por impugnação. Sua crítica	127
13.3.	A excepção de não cumprimento do contrato como verdadeira excepção	130
14.	Enquadramento como excepção material dilatória	133
	SECÇÃO IV – Confronto com figuras afins	136
15.	Direito de retenção	136

16. Compensação	144
17. Resolução por incumprimento	149
CAPÍTULO III – FUNDAMENTO	157
18. Análise de algumas das principais teorias de explicação do instituto	158
18.1. A teoria da condição resolutiva tácita	158
18.2. A teoria da causa	163
18.3. A teoria da interdependência das obrigações sinalagmáticas	167
18.4. A teoria da equidade	170
19. Conclusões que é possível extrair da referida análise	172
20. A execução total do contrato como fundamento do instituto	176
BIBLIOGRAFIA	183
ANEXOS	189
Anexo I – Salários em atraso e exceção de não cumprimento do contrato	191
Anexo II – Contrato de empreitada e exceção de não cumprimento do contrato	213
Anexo III – Contrato de trabalho e exceção de não cumprimento	233
ÍNDICE	239